



Município de Vitória da Conquista

Estado da Bahia

MENSAGEM Nº 41/2022 - Veto da Lei nº 1584/2022

Vitória da Conquista, 05 de agosto de 2022.

À Sua Excelência o Senhor
Luís Carlos Batista de Oliveira
Presidente da Câmara Municipal de Vereadores
Vitória da Conquista

Senhor Presidente,

Acusamos o recebimento da **LEI Nº 1.584, DE 03 DE AGOSTO DE 2022**, que institui o Dia Municipal do Projeto Desperta Débora, “Mães De Joelhos, Filhos Em Pé”, no Município de Vitória da Conquista, e dá outras providências.

Com fundamento no artigo 53, § 2º, da Lei Orgânica do Município de Vitória da Conquista, colho a oportunidade para comunicar a essa Augusta Casa o VETO da Lei em epígrafe, de número 1.584/2022.

A Lei nº 1.584/2022, aprovada por esta Câmara de Vereadores e oriunda de PL de autoria de membro desta Casa Legislativa, cuida de importante tema, vez que busca estabelecer uma política de proteção às famílias, às crianças e aos adolescentes. Logo, a iniciativa do nobre Vereador autor da proposta legislativa é louvável do ponto de vista do mérito da demanda apresentada e aprovada na CMVC.

Entretanto, a Lei, por critérios jurídicos, deve ser vetada pela Prefeitura Municipal, senão vejamos.

A citada norma encerra comando que estabelece práticas religiosas a serem desempenhadas no âmbito de uma data a ser oficialmente instituída no calendário de atividades institucionais do Município de Vitória da Conquista, como pode ser observado na leitura dos excertos abaixo:





Município de Vitória da Conquista

Estado da Bahia

Art. 2º O projeto é formado por mães intercessoras, biológicas, adotivas ou espirituais, de qualquer denominação, comprometidas a orar diariamente por seus filhos e pela juventude, por no mínimo 15 minutos diários.

Art. 3º O Dia Municipal do Projeto Desperta Débora, deverá ser celebrado no dia 20 de maio de cada ano.

Paragrafo Único – A data ora instituída passará a constar no calendário de atividades institucionais do Município de Vitoria da Conquista.

Art. 3º O dia do Projeto Desperta Débora tem por finalidade;

I – conscientizar a população sobre os valores da família, que precisam ser transmitidos entre gerações, enaltecendo um convivo familiar e social, harmônico e pacífico.

II – Incentivar mães a intercederem pelos filhos em grupos de orações, reunindo-se em rodas de conversas, palestras, passeatas, carreatas e eventos, em geral, direcionados a fortalecer as pautas de combate a criminalidade, drogas, abuso infantil, feminicídio, gravidez na adolescência e outras pautas focadas na saúde, bem-estar social e espiritual de crianças, jovens, adolescentes e adultos.

III – incentivar doações e apoio a organizações não governamentais, para o cuidado com as famílias carentes.

IV – contribuir para a melhoria dos indicadores relativos à redução do uso de drogas e criminalidade no município, através de trabalhos socioeducativos de inclusão e evangelísticos.

Ocorre que, nos termos expressos na Constituição Federal de 1988, art. 19, I, a República Federativa do Brasil se constitui como Estado Laico, ou seja, deve se manter neutro no campo de temática atinente às religiões, não lhe sendo dada a possibilidade de, legitimamente, estimular/apoiar/incentivar, em data a ser colocada em seu calendário de atividades institucionais, a prática de condutas que possuem nítido e incontestado conteúdo religioso. Em sendo assim, é possível inferir, a partir da leitura dos fragmentos acima transcritos da norma, advinda de iniciativa legislativa de membro da Câmara de Vereadores, que há uma clara ofensa ao estabelecido na Constituição Federal.

É importante deixar consignado que a aliança entre Igreja e Estado não está absolutamente vedada, visto que a própria Carta Magna, na parte final do inciso I do





Município de Vitória da Conquista

Estado da Bahia

seu art. 19, estabelece que esta união pode ocorrer em situações de colaborações mútuas do ente estatal e da entidade religiosa para atingimento de algum objetivo relacionado ao interesse público, tal como se dá quando ocorre apoio estatal a atividades de assistência social, saúde ou educação prestadas à população em geral, de maneira gratuita, pelas mais diversas igrejas que estão instaladas em território nacional.

Entretanto, esta colaboração autorizada pela Carta Magna, com a devida vênia, não contempla as atividades descritas no corpo da Lei em comento, posto que esta estimula o desempenho de práticas eminentemente religiosas, muito embora a finalidade buscada seja bastante meritória. Ocorre que os fins não justificam os meios. Ou seja, ainda que o desiderato final buscado na ação seja louvável, não se pode admitir a utilização de instrumentos que não encontram guarida em nossa Carta Constitucional para que seja atingido o objetivo traçado. A neutralidade religiosa do Estado Brasileiro é um valor inegociável, que deve ser respeitado por todos os entes federados, estando incluído nesta lista o Município de Vitória da Conquista.

Nestes termos, por óbvio, a Lei, oriunda de PL de autoria de membro da CMVC, por ofender o disposto no art. 19, I, da CRFB/88, merece ser vetada.

Pelo exposto, fica clarividente que, por contrariar a Constituição Federal, é obrigação da ocupante da Chefia do Executivo vetar a Lei nº 1.584/2022, atendendo ao tanto estabelecido no § 2º do art. 53 da Lei Orgânica do Município:

Art. 53 (....)

(...)

§ 2º Se o Prefeito Municipal considerar o projeto, no todo ou em parte, **inconstitucional** ou contrário ao interesse público, veta-lo-á, total ou parcialmente, no prazo de 15 dias, contados da data do seu recebimento.

Ademais, a possibilidade de vetar texto integral de Lei aprovada pelo Poder Legislativo local consta de autorização expressa conferida ao Chefe do Poder






Município de Vitória da Conquista

Estado da Bahia

Executivo Municipal pelo §2º do art. 53 da Lei Orgânica Municipal, anteriormente citado.

Assim, Senhor Presidente, cumpro com a obrigação de **vetar, de forma total**, a Lei nº. 1.584/2022, nos termos da fundamentação retro, submetendo o veto à deliberação da Câmara Municipal.

Com protestos de consideração e apreço,


Ana Sheilla Lemos Andrade
Prefeita Municipal

